

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

LIBRAS

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expreso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que institui o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

A Lei nº 14.191/2021 altera a Lei nº 9.394/1996 (LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Em consonância com tais leis, a educação bilíngue para surdos torna-se uma modalidade de ensino que deve ser aplicada em

- (A) escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, considerando a bidocência (professor surdo e professor ouvinte).
- (B) escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, considerando a bidocência (tradutor/intérprete de Libras e professor regente).
- (C) escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos com professores bilíngues.
- (D) escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, considerando a bidocência (professor bilíngue e professor regente).

QUESTÃO 32

A Lei nº 12.319/2010 regulamenta a profissão do tradutor/intérprete de Libras. Uma das atribuições desse profissional, dentro da escola, é

- (A) mediar a comunicação entre os surdos e os demais membros da comunidade escolar e participar das atividades pedagógicas da escola, de forma ética e colaborativa.
- (B) mediar a comunicação entre os surdos e os demais membros da comunidade escolar, mantendo um bom relacionamento com o professor regente e elaborar os planos de aulas com as adequações necessárias.
- (C) assumir o processo de ensino de alunos surdos, planejando e elaborando avaliações específicas às necessidades do aluno surdo.
- (D) assumir o processo de ensino de alunos surdos no AEE (atendimento educacional especializado) no contraturno da escolarização.

QUESTÃO 33

O alfabeto manual é utilizado pelos usuários da língua de sinais para soletrar manualmente as palavras da língua oral. O alfabeto manual utilizado no Brasil é um

- (A) elemento gramatical que pode ser utilizado em substituição à língua de sinais, visto que, pode ser soletrada qualquer palavra da língua oral e estabelecer a comunicação entre surdos e ouvintes.
- (B) empréstimo linguístico da grafia da língua oral que pode ser utilizado pelos usuários da língua de sinais para soletrar nomes, siglas e algum vocábulo de qualquer língua oral que ainda não tenha sinal.
- (C) recurso gramatical da Língua Portuguesa, denominado também de datilologia, que pode ser utilizado para representar a grafia da língua oral e estabelecer a comunicação entre surdos e ouvintes.
- (D) empréstimo linguístico da grafia da língua oral que pode ser utilizado pelos usuários da língua de sinais para soletrar nomes, siglas e algum vocábulo da Língua Portuguesa que ainda não tenha sinal.

QUESTÃO 34

A modalidade de educação bilíngue/bicultural do surdo compreende a surdez como uma condição e como um aspecto cultural, considerando que existem dois contextos linguísticos: o da língua de sinais e o da língua oral. De acordo com, o Decreto nº 7.611/2011, para atender um aluno surdo, é necessário promover um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente por meio do

- (A) ensino de Libras e da Língua Portuguesa no AEE (Atendimento Educacional Especializado) pelo tradutor / intérprete de Libras.
- (B) ensino de Libras e da Língua Portuguesa no AEE (Atendimento Educacional Especializado) pelo professor bilíngue em turnos distintos ao da escolarização.
- (C) ensino de Libras e da Língua Portuguesa dentro da sala de aula pelo professor regente.
- (D) ensino de Libras e da Língua Portuguesa no AEE (Atendimento Educacional Especializado) pelo professor bilíngue no mesmo turno da escolarização.

QUESTÃO 35

As relações de poder, imbricadas na história da educação dos surdos, foi marcada pelo “ouvintismo”, em que os ouvintes definiam o que era melhor para os surdos. Essa relação de poder pode ser observada nas abordagens educacionais para surdos utilizadas no decorrer da história, mais especificamente, na abordagem

- (A) do “oralismo”, que privava surdos de utilizar a língua de sinais e os forçava a falar e fazer leitura labial.
- (B) da “comunicação total”, que privava surdos de utilizar a língua de sinais e os estimulava a se relacionar com os ouvintes por meio da leitura labial.
- (C) do “bilinguismo”, que proibia os surdos de utilizar duas línguas para a comunicação com as pessoas ouvintes.
- (D) do “oralismo”, em que os surdos deveriam utilizar a língua de sinais com outros surdos e a leitura labial concomitantemente com a oralização ao se relacionar com os ouvintes.

QUESTÃO 36

Na Libras, estão presentes aspectos linguísticos como arbitrariedade e iconicidade. No primeiro, o sinal não pressupõe relação entre imagem e significado; no segundo, o sinal é motivado pela relação com a realidade.

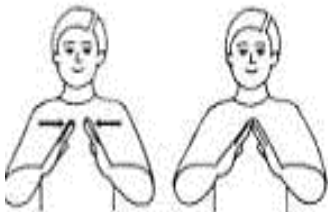
1



2



3



Elaborado pelo(a) autor(a).

Os sinais acima podem ser respectivamente classificados como:

- (A) 1 - icônico; 2 - arbitrário; 3 - icônico.
- (B) 1 - icônico; 2 - arbitrário; 3 - arbitrário.
- (C) 1 - arbitrário; 2 - icônico; 3 - icônico.
- (D) 1 - arbitrário; 2 - arbitrário; 3 - icônico.

QUESTÃO 37

A escrita de sinais é fundamental para que se possa fazer registros históricos da evolução linguística, dos traços culturais e das identidades da comunidade surda. Sobre a forma de escrita de sinais denominada de *SignWriting*, criada nos Estados Unidos em 1974 por Valerie Sutton, podemos afirmar que é um

- (A) sistema que permite registrar qualquer língua de sinais sem a interferência da língua falada.
- (B) conjunto de sinais que permite registrar a língua americana de sinais sem a interferência da língua falada.
- (C) sistema de escrito visual direta das letras do alfabeto que permite registrar qualquer língua de sinais do mundo sem a interferência da língua falada.
- (D) conjunto de escrita visual dos sinais icônico que permite registrar qualquer língua de sinais do mundo sem a interferência da língua falada.

QUESTÃO 38

Na língua de sinais, a construção linguística é produzida pelas mãos, utilizando-se um conjunto de parâmetros composto por 5 elementos (configuração de mão, ponto de articulação, orientação, movimento e expressão facial e/ou corporal), os quais podem ser comparados aos fonemas ou morfemas das línguas orais. O conjunto de sinais que apresentam a mesma configuração de mão é

- (A) trabalhar, brincar e televisão.
- (B) triste, desculpa e azar.
- (C) pessoa, passear e professor.
- (D) telefone, trabalhar e televisão.

QUESTÃO 39

A Tecnologia Assistiva é um conjunto de ferramentas, serviços, estratégias e práticas que possibilitam às pessoas com deficiência ter o acesso a atividades do dia a dia, promovendo mais autonomia para o usuário. Tal tecnologia é garantida pela Lei nº 13.146/2015, ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI). É exemplo de Tecnologia Assistiva para alunos surdos no ambiente escolar:

- (A) softwares com descrição imagética.
- (B) despertador que vibra.
- (C) transcritor para escrita de sinais.
- (D) tradutor/intérprete de Libras.

QUESTÃO 40

Para a inclusão de pessoas surdas, o Decreto nº 5.626/2005 propõe a

- (A) inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior.
- (B) inclusão da Libras por meio do tradutor/intérprete de Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior.
- (C) modalidade bilíngue para surdos nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior.
- (D) modalidade de ensino em Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior.

QUESTÃO 41

Os aspectos linguísticos da Libras contam com elementos que constituem os parâmetros da língua, a saber: configuração de mão, ponto de articulação, orientação da palma da mão, movimento, expressão corporal e/ou facial. Os parâmetros da Libras estão adequados em:

- (A) DESCULPA e AZAR: apresentam a mesma configuração de mão, o mesmo ponto de articulação e a mesma orientação da mão.
- (B) AMARELO e DOMINGO: apresentam a mesma configuração, orientação de mão diferente e movimentos diferentes.
- (C) DESCULPA e AZAR: apresentam a mesma configuração, pontos de articulação diferentes e a mesma orientação da mão.
- (D) AMARELO e DOMINGO: apresentam a mesma configuração, ponto de articulação diferente e o mesmo movimento.

QUESTÃO 42

Leia o caso a seguir.

Uma escola da rede regular de ensino recebe uma criança surda de cinco anos que apresenta surdez bilateral congênita de grau profundo. Trata-se de uma criança surda de pais ouvintes e que não adquiriu a língua de sinais como primeira língua.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Para iniciar o processo de escolarização dessa criança, a escola deverá

- (A) encaminhá-la para uma escola referência em educação de surdos, que conta com profissionais habilitados em Libras (tradutores/intérpretes de Libras).
- (B) elaborar o PEI (Plano Educacional Individualizado) para iniciar o processo de alfabetização e encaminhar a criança para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) para o aprendizado de Libras.
- (C) elaborar o PEI (Plano Educacional Individualizado) e iniciar o processo de alfabetização da criança surda com o professor de Libras.
- (D) encaminhá-la para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) para iniciar o processo de alfabetização com profissionais habilitados em Libras.

QUESTÃO 43

Observe a imagem a seguir.



Elaborado pelo(a) autor(a).

Para expressar ação, sensação, sentimentos, utiliza-se o léxico na língua portuguesa. Na língua de sinais, é possível utilizar o sinal para o mesmo fim. A figura acima representa um sinal para expressar o sentido

- (A) abstrato.
- (B) concreto.
- (C) metafórico.
- (D) antagônico.

QUESTÃO 44

As metodologias ativas são métodos de ensino que incentivam o aluno a ter papel mais ativo na sua própria aprendizagem. Nesse sentido, para o ensino de Libras como segunda língua para alunos ouvintes, é necessário

- (A) utilizar estratégias de ensino de primeira língua.
- (B) priorizar o ensino da Libras de forma contextualizada.
- (C) partir de uma lista de palavras do português e ensinar os sinais repetidamente.
- (D) elaborar conteúdos adaptados do português por ser a primeira língua do ouvinte.

QUESTÃO 45

Assim como nas línguas orais, as línguas de sinais também apresentam especificidades e se utilizam de metáforas. Na Libras, é possível utilizar metáforas orientacionais, icônicas e ontológicas. As metáforas orientacionais são aquelas que dão a um conceito uma orientação espacial. É exemplo de metáfora orientacional a utilização do sinal de

- (A) mal-educado.
- (B) ciúme.
- (C) cara de pau.
- (D) ajuda.

QUESTÃO 46

A datilologia utilizada para soletrar nomes próprios ou palavras que não tenham sinais, geralmente funciona como um “coringa” para os ouvintes que estão aprendendo a Libras, e, por isso, deve ser trabalhada pelo professor tanto na sua forma produtiva (expressiva) como na receptiva (compreensão). Em contextos de ensino de Libras como segunda língua para ouvintes, deve-se

- (A) adotar a soletração manual como principal recurso para ensinar os conteúdos linguísticos.
- (B) dedicar as primeiras aulas inteiramente ao ensino do alfabeto manual para estimular os alunos à aprendizagem da Libras.
- (C) trabalhar a datilologia no início das aulas como um “aquecimento das mãos”, de forma descontraída e lúdica.
- (D) evidenciar, por meio da datilologia, que a Libras é um sistema linguístico que funciona de forma dependente do Português

QUESTÃO 47

No sistema de flexão verbal da Libras, há o parâmetro direcionalidade, que é um marcador de flexão de pessoa do discurso. Por exemplo, quando se diz em Libras “_{1s}PERGUNTAR_{2s}”, a direção do movimento marca quem é o emissor e quem é o receptor, que, nesse caso, é:

- (A) você me pergunta.
- (B) eu pergunto a você.
- (C) você pergunta a ela.
- (D) ela pergunta a você.

QUESTÃO 48

Na Libras, assim como em outras línguas de sinais, os classificadores são formas linguísticas representadas por configurações de mãos que retratam objetos, pessoas e animais, e servem como marcadores de concordância. Com relação à sua tipologia, uma representação mimética ou visual-geométrica mostrando o objeto sendo manipulado denomina-se classificador

- (A) de parte do corpo.
- (B) semântico.
- (C) de tamanho e forma.
- (D) instrumento.

QUESTÃO 49

Conforme consta nos Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua na Educação Bilíngue de Surdos, além da educação básica, alunos surdos, surdocegos, pessoas surdas com outras deficiências associadas e pessoas com deficiência auditiva que se comunicam por meio da Libras têm o direito de acesso aos conteúdos acadêmico-científicos no âmbito do Ensino Superior em Libras. Nessa perspectiva, a proposta de Libras como L1, para esse público, tem como função

- (A) favorecer o aprofundamento dos conhecimentos quanto à Libras e as reflexões sobre a experiência pessoal do aluno em relação à Libras e ao português como sua segunda língua.
- (B) conscientizar a comunidade acadêmica de que as interações sociais e o acesso à informação pela pessoa surda devem se dar na Língua Portuguesa por ser essa a língua oficial do país.
- (C) promover a ampliação dos conhecimentos em português como L1 e estimular a reflexão sobre a vivência pessoal do aluno em relação à sua segunda língua, a Libras.
- (D) estimular a aceitação das pessoas surdas como pertencentes a uma minoria linguística e cultural e unilas em torno de um projeto unificado de nação por meio da língua oficial do país.

QUESTÃO 50

Com relação ao ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas, o Decreto nº 5.626/2005 estabelece que este deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como

- (A) em todas as licenciaturas.
- (B) nos cursos de Fonoaudiologia.
- (C) nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.
- (D) em todos os bacharelados.

QUESTÃO 51

O ensino de português escrito como segunda língua para surdos (PSLS), conforme consta na Proposta Curricular para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos, visa, em qualquer nível, etapa e modalidade de ensino, à literacia

- (A) visual dos estudantes surdos, assim como a literacia tátil, viso tátil, e háptica dos estudantes surdos-cegos, com muito pouco resíduo ou sem resíduo visual.
- (B) visual dos estudantes ouvintes, assim como a literacia tátil, viso tátil, e háptica dos estudantes ouvintes cegos, com muito pouco resíduo ou sem resíduo visual.
- (C) oral dos estudantes surdos, assim como a literacia visual dos estudantes surdos-cegos, com muito pouco resíduo ou sem resíduo visual.
- (D) oral dos estudantes ouvintes, assim como a literacia visual dos estudantes ouvintes cegos, com muito pouco resíduo ou sem resíduo visual.

QUESTÃO 52

A abordagem educacional da comunicação total advoga o uso de todos os meios que possam facilitar a comunicação, desde a fala sinalizada, passando por uma série de sistemas artificiais, até os sinais (Capovilla, 2000). Constitui-se, portanto, característica dessa abordagem educacional a

- (A) priorização da aquisição da gramática das línguas de sinais por meio da convivência com um par linguístico adulto.
- (B) dedicação exclusivamente ao desenvolvimento da linguagem de sinais como língua materna das pessoas surdas.
- (C) ênfase no ensino intensivo da língua oral como garantia do desenvolvimento cognitivo das pessoas surdas.
- (D) ordem de produção dos sinais sempre segue a ordem da produção das palavras da língua falada, produzidas simultaneamente.

QUESTÃO 53

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera como *tecnologia assistiva ou ajuda técnica* os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Com base nessa definição, constitui tecnologia assistiva, capaz de promover a acessibilidade linguística da pessoa surda

- (A) o *software* de leitura de texto.
- (B) a legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), ou *closed caption*.
- (C) a lupa de ampliação de conteúdo.
- (D) a cadeira de rodas adaptada.

QUESTÃO 54

Visando garantir a acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas surdas, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGISP), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) criaram uma ferramenta utilizada na tradução automática do Português para a Libras. Essa ferramenta, geralmente vinculada a portais de serviços públicos, é o

- (A) Hand Talk.
- (B) ProDeaf.
- (C) VLibras.
- (D) Rybená.

QUESTÃO 55

Leia o texto a seguir.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das 'almas' das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

STROBEL, Karin Lilian. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Editora da UFSC. Florianópolis: 2008.

Com base nessa autora, a cultura surda é

- (A) um modo surdo de ser e de agir sobre o mundo.
- (B) caracterizada pela manutenção de padrões rígidos de comportamentos.
- (C) uma subcultura integrante da cultura ouvinte.
- (D) adaptada da cosmopercepção das pessoas ouvintes.

QUESTÃO 56

Considere o sinal escrito em *SignWriting* a seguir.



Elaborado pelo(a) autor(a).

Nesse sinal, a palma da mão está voltada para

- (A) baixo.
- (B) frente.
- (C) trás.
- (D) cima.

QUESTÃO 57

Considere o sinal escrito em *SignWriting* a seguir.



Elaborado pelo(a) autor(a).

Com relação ao lugar de realização, esse sinal é produzido

- (A) na cabeça.
- (B) no dorso da mão.
- (C) na lateral da perna esquerda.
- (D) no espaço neutro à frente do corpo.

QUESTÃO 58

A criação do Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em 1857, marcou a história da educação de surdos no Brasil, tornando-se referência no que diz respeito à educação de surdos no país. A consolidação dessa instituição se deu com a chegada do professor francês

- (A) Thomas Hopkins Gallaudet.
- (B) Michel de L'Epee.
- (C) Ernest Huet.
- (D) Pedro Ponce de Leon.

QUESTÃO 59

No Estado de Sergipe, foi instituído, por meio da Lei nº 4.656/2002, o dia “Estadual dos Surdos”, a ser comemorado em

- (A) 25 de agosto.
- (B) 26 de setembro.
- (C) 27 de outubro.
- (D) 28 de novembro.

QUESTÃO 60

Com relação ao processo de escolarização das pessoas surdas e em conformidade com a Lei nº 14.191/2021, a oferta de educação bilíngue de surdos terá início

- (A) no ensino fundamental.
- (B) aos 3 anos de idade.
- (C) na educação infantil.
- (D) ao zero ano de idade.

RASCUNHO